



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

RACISMO, AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Maria de Fátima de Andrade Ferreira⁵³
(UESB)

RESUMO

O presente artigo aborda questões referentes ao tema violência, a partir da contribuição de diferentes estudos que tratam da referida problemática (DAMATTA, 1997, MUNANGA, 2001, d'ADESKY, 2001, dentre outros), explicitando os pontos comuns entre o racismo, o autoritarismo e os diferentes tipos de violência na educação brasileira. Apesar dos atos normativos (leis, portarias, decretos, pareceres, tratados, convenções nacionais e internacionais) inclusive legislações educacionais que propõem criar condições e possibilidades para o combate ao racismo e a inserção da diversidade cultural e da equidade social no currículo e cotidiano das instituições de ensino e sala de aula, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras na educação brasileira, em todas modalidades e níveis de ensino, a reprodução de práticas discriminatórias, racistas, preconceituosas e carregadas de estereótipos denunciam que o racismo e o autoritarismo são práticas presentes na educação brasileira e permitem a cultura marcada pela violência que persiste durante toda a sua história e tem contribuído com as diferentes manifestações de violência/atos de violência na escola, denunciadas pelas ocorrências associadas aos (pre)conceitos, às agressões, à discriminação, exclusão e fracasso escolar.

PALAVRAS-CHAVE: violência na educação; autoritarismo; discriminação racial

INTRODUÇÃO

Falar de racismo e autoritarismo não é tão simples, até porque, a história da sociedade brasileira tem mostrado que esses fenômenos ganham formas diversas,

*Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Juvino Oliveira, Itapetinga, BA; Núcleo de Pesquisa e Extensão Gestão em Educação e Estudos Transdisciplinares (NUGEET) e Grupo de Pesquisa Resiliência e Educação (UESB/CNPq); Coordenação da Rede de Pesquisa Representações, Discurso e violência na escola (FAPESB/UESB). mfatimauesb@hotmail.com



complexas e perversas, muitas vezes, veladas ou como um “rito autoritário” e/ou implicações culturais, sociais, morais e políticas.

O rito autoritário da expressão “Você sabe com quem está falando?” é um exemplo que não apenas nos alerta sobre o “jeitinho brasileiro” de ser criativo, demonstrar esperteza e improvisação (TORRES, 1973), mas trata-se, por exemplo, da questão da identidade social, de saber quem somos e como somos; de saber por que somos (DAMATTA, 2001).

Barbosa (1992, p. 139) explica que o jeitinho “é uma forma de procedimento social que, sem qualquer dúvida, atualmente nos define e singulariza” e, não nos ensina apenas sobre o jeitinho brasileiro, mas também, “sobre o comportamento de nossas autoridades, sobre o tipo de relações que estabelecemos com elas, sobre a maneira de que nos apercebemos dos conhecimentos técnicos” (idem, p. 19). Essas práticas atingem também a educação brasileira, tendo como instrumentos de autoritarismos e negação da cidadania, o currículo, conteúdos veiculados pelos professores na sala de aula, livros didáticos carregados de preconceitos, estereótipos e invisibilidade social e, são transmitidos de forma hierarquizada e desarticulada de questões importantes como as relacionadas à etnia, raça, gênero, sexo etc.

Muito ainda precisa ser feito para que, de fato, conteúdos como a relação entre culturas diferentes, a possibilidade para a compreensão de conflitos e contradições, desigualdades e discriminações sociais sejam temáticas importantes nas discussões e reflexões na sala de aula e processos pedagógicos das instituições de ensino e educação brasileira.

A intersecção entre o autoritarismo e a violência nos espaços sociais, inclusive na escola, onde se manifestam na relação entre professor-aluno, são frutos de uma herança de subordinação, de mando e desmando de uma relação de poder e discriminação. Essa intersecção distingue os que podem e os que devem e se constitui como instrumento de organização do sistema de hierarquização social e, assim, atingem a educação brasileira.

Não se trata de uma realidade nova, mas de práticas seculares que se manifestam de diferentes formas desde a formação cultural do Brasil pela fusão de culturas, etnias, e



por “macroprocessos que nos fazem sumir diante dos abusos do autoritarismo, do jogo do poder e das hierarquias que fazem das leis instrumentos de exploração e desigualdade” (DAMATTA, 1997, p. 24), gerando conflitos em casa, na rua, no trabalho, espaços de lazer e na escola.

Os preconceitos e o autoritarismo caminham juntos na sociedade e educação brasileira, marcam a trajetória do racismo dissimulado pelo mito da democracia racial e expressões estereotipadas empregadas desde a colonização aos dias atuais e estão presentes na oralidade, na literatura, nos livros didáticos e nas relações de poder. Assim, construídos historicamente, esses fenômenos são empregados para avaliar, classificar, comparar negros, índios, mulatos, ciganos, transformando a diferença e a diversidade em preconceitos, desigualdades e exclusão social.

Sendo que, os afrodescendentes e afro-brasileiros representam a maioria da população brasileira que sofre com a imagem negativa e preconceituosa que a sociedade brasileira criou de sua cultura e história, de atribuições de imagens e representações de convivências e atitudes racistas que reforçaram o mito da democracia racial e revelam desdobramentos de preconceitos, discriminação e desigualdades sociais.

Porém, essa realidade exige mudanças e, para tanto, as questões controversas precisam ser debatidas pela sociedade civil, pesquisadores e outros grupos e indivíduos e, assim, buscar condições de promover transformações, inclusive de superação das práticas autoritárias e discriminação na educação, permitir acesso e permanência de alunos à educação e escola.

No entanto, apesar das reivindicações e lutas dos movimentos negros, indígenas, por reconhecimento e reparação de seus direitos fundamentais no combate ao racismo e desigualdades sociais, o acesso à educação, saúde, moradia parecem distantes.

As expressões democracia racial (AZEVEDO, 1975), homem cordial e suas relações de simpatia (HOLANDA, 1995) e racismo cordial (TURRA e VENTURI, 1998) ainda resistem e mascaram atitudes e comportamentos preconceituosos e de discriminação contra indivíduos e grupos de negros, índios, ciganos, mulatos.



Nesse contexto, colocam questões sobre a diferença e a diversidade em pauta e promovem o movimento de agendas nacionais e internacionais como compromisso de eliminar desigualdades raciais, dando importantes avanços à afirmação dos direitos humanos.

É fato, os antecedentes do autoritarismo e racismo velados, camuflados e disfarçados pelo mito da democracia racial e/ou mito da unidade nacional, com suas imagens e representações de pureza, hospitalidade, cordialidade, igualdade das raças, favorecem atitudes racistas, desigualdades, violências e exclusão social de afrodescendentes, afro-brasileiros, negros, ciganos, mulatos.

O racismo e o autoritarismo são fenômenos que vem marcando a sociedade e educação brasileira por motivos econômicos, histórico-sociais e culturais desde o início da colonização portuguesa até os dias atuais e atingem a negros, índios e outros grupos, por meio da discriminação social, preconceitos, desigualdade e exclusão social.

A educação é compreendida como “a chave para o desenvolvimento” e construção do conhecimento e, como preconiza a UNESCO (2014) em seu relatório, “171 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza se todos os estudantes de países de baixa renda obtivessem na escola as habilidades básicas de leitura, o que corresponde a uma queda de 12% no número de pessoas que vivem com menos de U\$1.25 por dia”, pois como prevê o ODM à educação, ao combate à pobreza, à promoção da igualdade de gênero, à redução da mortalidade infantil, à ajuda para melhorar a saúde materna, ajuda ao combate à doenças preveníveis, para garantir sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento global.

Sendo que, no Brasil, “racismo e ignorância caminham sempre de mãos dadas. Os estereótipos e as ideias pré-concebidas vicejam se está ausente a informação, se falta o diálogo aberto, arejado, transparente” (CARDOSO, 2005, p. 11). Concordamos com o autor quando ressalta que o melhor remédio e caminho para resolver essa problemática é a educação.

Porém, no Brasil, a educação caminha a passos curtos e lentos, enquanto que as pesquisas socioeconômicas revelam que as populações afrodescendentes/afro-



brasileiras possuem indicadores mais baixos de pobreza, escolaridade, moradia e a situação de discriminação e exclusão escolar em que vive grande parte dos alunos na instituição escolar, particularmente da escola pública e nos espaços nos quais circulamos nossa sociabilidade, demonstra a fragilidade do acesso e permanência desses sujeitos na escola, inclusive com resultados elevados de evasão, abandonos e fracasso escolar.

Como todos sabemos, o racismo está presente nas imagens, representações, atitudes, comportamentos e/ou expressões verbais e, apesar das leis nacionais e internacionais vigentes sobre o racismo proibirem a discriminação e garantir os direitos civis de todos os indivíduos e grupos e reconhecer o racismo como crime que não cabe fiança, essa prática ainda é comum na sociedade brasileira e mundial.

Daí a importância de discutir a relação entre o racismo e o autoritarismo na escola, tratando das desigualdades multiplicadas na educação brasileira, considerando opiniões e consensos entre autores sobre reflexões histórico-sociológicas das relações raciais e de poder coloniais aos dias atuais para entender as formas e processos de subordinação, discriminação, preconceitos, desigualdades e exclusão na sociedade.

Além disso, torna-se importante entender como o racismo ainda opera, desvelando suas raízes e processos histórico-sociais, como também discutir sobre a educação das relações étnicoraciais na escola para compreender a intersecção entre o racismo, o autoritarismo e as violências na educação brasileira e de que modo esse fenômeno tem sido um calo e impedimento no combate às desigualdades sociais e raciais, ao aumento do índice de abandono, evasão, repetência, fracasso escolar e exclusão social na educação.

O RACISMO E O AUTORITARISMO NA EDUCAÇÃO E ESCOLA BRASILEIRA - DESIGUALDADES MULTIPLICADAS

O racismo tem sido uma prática constante na sociedade brasileira e mundo e contribui com o aumento dos processos de discriminação, desigualdades, intolerâncias e exclusão social do negro, índio, mulato e, assim, justifica a desumanidade, legitima a



distinção e a superioridade entre as pessoas de pele de cores distintas, a imposição do que é tido como norma e padrão de um grupo humano, aceito e seguido pela “maioria”.

Embora houvesse opiniões e consenso nas abordagens histórico-sociológicas sobre ocorrências e transição da sociedade escravocrata para a capitalista quanto ao reconhecimento do racismo e seus conflitos políticos, econômicos sociais e culturais, envolvendo subordinação, discriminação, estereótipos e (pre)conceitos racistas, as formas de perceber essas questões marcaram as obras de Roger Bastide (1959), Florestan Fernandes (1959,1978, 1972), Oracy Nogueira (1985) e outros.

Conforme Santos (2002, p. 16) o “ser negro” foi produzido no campo das ideias a partir das necessidades políticas que fizeram com que os conceitos elaborados em diferentes áreas do conhecimento justificassem e reinventassem, a cada momento, o lugar do negro na sociedade brasileira” e com ideologias, imagens, representações, imaginário e produções diferentes, justificaram o “ser índio”, o “ser mulato/mulata, cigano/cigana.

O ser negro é investigado, especulado, demonstrado que constituía um fenômeno diferente. Quer por obra da natureza, quer por obra divina, havia se produzido um ser que merecia explicação, um ser anormal. Essa explicação tornava-se quase sempre justificativa de sua inferioridade natural (SANTOS, 2002, p. 55).

Em “Ciência das Raças e a Raça Negra” (2002, p. 45), o racismo é uma prática muito antiga e, antes mesmo da noção de raça como algo que diferenciava grupos de sujeitos no mundo, o povo africano e a cor negra já sofriam com preconceitos, discriminação de cor, diversidade humana, proposições e estigmas e com teorias iluministas e racialistas o negro passa a ser julgado e classificado por qualificação de raça inferior, julgamento moral, desigualdades, preconceitos e intolerâncias por tradição religiosa, diferenciação por temperamento e mentalidade etc.

Racismo, palavra polissêmica, com vários sentidos, cada uma com suas inconsistências e “não há razão para a palavra racismo não ser usada em diferentes sentidos para diferentes propósitos”, assume várias formas em diferentes sociedades e épocas (CASHMORE, 2000).



Em Abbagnano (2003, p. 822), doutrina fundada por Gobineau e visa defender a aristocracia contra a democracia e, “segundo a qual todas as manifestações histórico-sociais do homem e os seus valores (ou desvalores) dependem da raça; também segundo essa doutrina existe uma raça superior (‘ariana’ ou ‘nórdica’) que se destina a dirigir o gênero humano”.

Para Santos (1990, p. 12) é

a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesse combinados, como vê.

Raça, portanto, palavra que

deve ser reservada exclusivamente aos grupos humanos dotados de características físicas diferentes, que podem ser transmitidas por hereditariedade. Tais características são principalmente: a cor da pele, a altura, a conformação da cabeça e do rosto, a cor e a qualidade dos cabelos, a cor e a forma dos olhos, o formato do nariz e a compleição física. Convencionou-se distinguir três grades raças, que são a branca, a amarela e a negra, ou seja, a caucasiana, a mongólica e a negroide (ABBAGNANO, 2003, p. 823)

Cashmore (2000) lembra que os ativistas negros STOKELY Carmichael e Charles V. Hamilton, introduziram o racismo institucional em 1967, em *Black Power*, na América, e

Embora o racismo possa ser descrito, num certo sentido, como crença ou ideias de indivíduos, em seu sentido, como institucional ele se refere às operações anônimas de discriminação em organizações, profissões, ou até mesmo sociedades inteiras. É anônimo à medida que os indivíduos podem negar a acusação de racismo e se abster da reponsabilidade (idem, p. 469).

Munanga (1996, p. 11) destaca que,

não há mais formas institucionalizadas de racismo no mundo, sendo a República Sul Africana o último a suprimi-lo”. No entanto, o racismo de fato, a discriminação racial e as manifestações de xenofobia estão cada vez mais presentes e atuantes no tecido social de várias sociedades contemporâneas”



A relação entre autoritarismo, racismo e violências marca a história da sociedade, desde o seu período colonial aos dias atuais e, segundo DaMatta (1997, p. 14-15), em destaque nas famílias patriarcas, “percebidas como unidades heterodoxas posto que tinham muitas funções e somavam hierarquicamente graus variados e extremos da condição humana: dos senhores aos escravos, que são os sujeitos da dinâmica social dos trabalhos” na propriedade colonial, inclusive no espaço da casa.

No espaço da casa e da rua, a confusão entre autoridade e autoritarismo é visível, gera conflitos, colabora e agrava tensões e violências raciais, étnicas, religiosas, gênero. Nesse contexto, percebe-se que com o agravamento das crises econômicas, também há aumento do desemprego, analfabetismo funcional, de uso e tráfico de drogas, atos de violências e intolerâncias nos espaços sociais e na escola. Essa afirmativa nos permite dizer que, as categorias autoritarismo, racismo e violências estão inter-relacionadas e são visíveis principalmente nos comportamentos e atitudes de hostilidades, menosprezo, racismo contra negros na sociedade brasileira e mundial, sejam nas abordagens policiais, na escola pelo professor, diretor e/ou de outras formas e espaços sociais.

Ao lado do racismo, o autoritarismo decorrente do processo de colonização, escravização e ditadura militar ainda permanece nas relações sociais e na educação, tomados como justificativas para as desigualdades e exclusão social.

Apesar de gritantes e visíveis desigualdades e limites de oportunidades e/ou permanência na escola, trabalho, moradia e outros objetivos e metas do milênio pelo PNUD/UNESCO (2014) para o desenvolvimento humano e oferecidos aos negros, índios, ciganos, mulatos, o mito do paraíso racial ainda atinge essas pessoas e grupos, mascara as discriminações, estereótipos, mecanismos de exploração e subordinação do outro – o diferente.

Assim, violências permanecem veladas ou manifestadas pelas abordagens policiais, índice de desempenho e fracasso escolar, assassinatos e criminalização por preconceitos, estereótipos, discriminação e exclusão social.



A Constituição Federal – CF/88, Art. 3º, IV, prevê medidas contra o “preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outras formas de discriminação”. Os seus objetivos fundamentais propõe “promover o bem de todos”, sem preconceitos e quaisquer outras formas de discriminação e, no Art. 5º, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. No Art. 208, IV, reconhece que todos são portadores de singularidade irreduzível e que a formação escolar tem de estar atenta para o desenvolvimento de suas personalidades.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, versa sobre a eliminação de todo tipo de discriminação, racismo, preconceitos e dispõe no Art. 1º, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos são dotados de razão e consciências e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. No Art. 2º, toda pessoa tem capacidade para gozar direitos e liberdades estabelecidas, “sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

Na educação brasileira, o racismo ocupa o espaço da sala de aula, das relações entre alunos-alunos e aluno-professor, sem precedentes. Nesse contexto, os afrodescendentes têm ocupado o índice mais elevado das estatísticas de discriminação e exclusão social.

Munanga (2001) lembra que estudos sobre o negro no Brasil surgiram no fim do século XIX e durante quase meio século foram dominados por duas correntes de pensamento.

Na primeira corrente, fortemente influenciada pela antropologia física racista, os negros eram apresentados como uma categoria racial inferior, podendo até pesar negativamente sobre o futuro do país, devido à mestiçagem com a população branca. (...), uma segunda corrente de pensamento fortemente influenciada pelo culturalismo (MUNANGA, 2001, p. 3).

Essas duas correntes teóricas contribuíram de alguma forma com o enraizamento do racismo na sociedade brasileiras, nos anos 30, porém, serviram para indicar a



importância da pesquisa de campo no particular e, por isso, foram importantes (AZEVEDO, 1985).

Para d'Adesky (2001), em "Racismos e anti-racismos no Brasil",

o reconhecimento da pluralidade de culturas no seio das sociedades e a instauração de medidas concretas para promover a participação social econômica dos grupos culturais minoritários ou das comunidades étnicas depreciadas, como demandas do multiculturalismo democrático, visam exatamente que a diversidade étnica e cultural da população seja respeitada e garantida, sem implicar tentativas de depreciar ou eliminar esses grupos. Em termos da pessoa humana, o multiculturalismo possibilita que o indivíduo venha a se identificar segundo seus próprios critérios de forma que possa ser reconhecido pelo que é, sem ser obrigado a se fazer passar pelo que não é (2001, p. 236).

Para Gonçalves e Silva (2000), falar do multiculturalismo "é falar do jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores que, por uma razão ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem". Imagens e representações de sociedades pluriétnicas e pluricultural, caracterizadas pela diversidade cultural, são reconhecidas como "um problema onde a convivência humana é marcada por conflitos dramáticos, motivados por preconceitos e discriminação étnicas", gênero, preferências sexuais, gerações e outros e devido a sua complexidade exige esforço coletivo para o enfrentamento dos padrões de dominação.

O preconceito brasileiro para DaMatta (2001, p. 43), "seria muito mais sofisticado do que o norte-americano, que é direto e formal, sendo que, a consequência "é a dificuldade de combater o nosso preconceito, que em certo sentido, pelo fato de ser variável, enorme e vantajosa invisibilidade". E o autoritarismo é um mal que se inicia na família e se alastra nos espaços sociais, inclusive na escola, onde encontra outras formas de atitudes e valores.

Morais (1988) explica que o "autoritarismo é a doença da autoridade" e "toda a autoridade é um valor, pois que é garantia da liberdade".

Sabendo-se que, o autoritarismo e as manifestações racistas, sexistas e discriminatórias tem influência direta nas relações pedagógicas da escola e no



desempenho da aprendizagem do aluno, então, é preciso recuperar as relações de autoridade na família e na escola.

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS NA ESCOLA

A escola é considerada como espaço de sociabilidades, convivência, aprendizagens, mas também, produz situações de conflitos, interesses e através dos tempos históricos vem sofrendo transformações relacionadas ao currículo, espaço físico, relação professor-aluno.

E a educação brasileira possui uma realidade marcada por preconceitos, discriminação e atitudes excludentes contra índios, africanos, afrodescendentes, mulatos e se iniciaram com a colonização do Brasil, passando pelo Império e República, permanece até os dias atuais.

Sendo que, o racismo atinge a população afrodescendente com o Decreto n. 1.331 de 1854, proíbe o acesso de escravos a escola pública e dificultava o acesso para adultos negros determinando que a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Em 1878, com o Decreto n.7.031-A, os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população à escola (BRASIL, CNE/MEC, 2003).

Atualmente, além das principais legislações, convenções e tratados internacionais, contamos com as contribuições da CF/88, Lei n. 10639/2003, programas e ações afirmativas, documentos orientadores para os Sistemas de Ensino, o racismo e suas manifestações, muitas vezes velados pelas ideologias da democracia racial, decide e define posições, condições e lugar do sujeito na sociedade e educação brasileira.

Assim, formas contemporâneas do racismo continuam a classificar, hierarquizar, atribuir traços de personalidade, impor condições, modelos, normas e regras que marcam espaços e tempos histórico-sociais e indivíduos e grupos que ocupam ambientes sociais, trabalho, escola e, também, as formas de ser, estar, relacionar, vestir, comportar.



O fato é que “tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens. Sobretudo o tempo que é e simultaneamente passa, confundindo a nossa sensibilidade e, ao mesmo tempo, obrigando a sua elaboração sociológica. Por tudo isso, não há sistema social onde não exista uma noção de tempo e outra de espaço (DAMATTA,1997, p. 33).

O espaço, palavra de diferentes sentidos, do latim, *spatium*, significa campo, lugar. E, tempo, do latim *tempus*, opera movimento, mudança, duração, ponto de partida. Assim, espaço e tempo estão interligados. Se a educação é o ponto de partida para combater a ignorância das pessoas sobre as questões raciais no país e se as leis para combater o racismo são necessárias, então devem ser acessíveis a todos os brasileiros e a escola tornar-se espaço de interlocuções dessas questões.

Portanto, sabendo-se que o racismo que o negro sofre passa pelo mito da cor de sua pele, pelos seus cabelos crespos, pelo mito da supremacia da raça branca e que o mais visível é a cor da pele, então esta questão deverá ser motivo de debates, rodas de conversas, esclarecimentos, conscientização e exercícios de cidadania na escola.

Pois, quanto mais cedo as crianças tiverem conhecimento sobre o racismo e suas manifestações, “quanto mais tiverem conhecimento de que os argumentos usados para provar a inferioridade de outras raças foram desmentidos, mais fortemente hábito e atitudes de aceitação e integração do diferente irão desenvolver (KLINBERG, 1966).

Silva (2000, p. 67) procura mostrar como a escola poderá contribuir com o combate aos estereótipos racistas, como por exemplo, sobre os cabelos crespos das crianças afrodescendentes que são identificados “como cabelo ‘ruim’, primeiro pelas mães, que internalizaram o estereótipo; e, na escola, pelos coleguinhas, que põem os mais variados apelidos nas trancinhas e nos cabelos crespos ao natural”. A escola poderá “trabalhar a razão de ser dos diferentes tipos de cabelo, ensinar como trata-los, realizar concursos de penteados afros, trazer trançadeiras para trançar na sala de aula, são algumas atividades que podem desconstruir a negatividade atribuída à textura dos cabelos crespos” (idem, p. 68).



CONCLUSÕES

O combate às formas contemporâneas de racismo, discriminação racial e autoritarismo na sociedade e educação brasileira é ainda uma luta de movimentos sociais, negros, índios, no entanto, ao que tudo indica, a ocorrência destes fenômenos exige atenção constante de ações que favoreçam a mobilização nacional e internacional, como novos desafios que se colocam nesse domínio.

E, também, exige esforço de compromisso político com vistas ao combate às práticas racistas e autoritarismo nas relações sociais e educação brasileira.

É importante o reconhecimento do valor da escola, do professor, da articulação entre a comunidade escolar e a local, da socialização e divulgação do trabalho pedagógico como compromisso ético, político e social.

Portanto, podemos dizer que, discutir a relação entre racismo, autoritarismo e violências na educação é muito importante, na perspectiva de buscar transformações para as ações pedagógicas.

Para tanto, é importante educar e sensibilizar a sociedade civil e a escola no combate ao racismo e autoritarismo, assim como, a previsão de medidas destinadas a garantir relações de interação saudável entre alunos e professores, o acesso e permanência desses sujeitos na sala de aula, reforçar e atualizar os instrumentos de luta contra o racismo, o autoritarismo e as violências nos ambientes escolares.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- AZEVEDO, T. de. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. Prefácio. NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1985.
- SILVA, A. C. da. A desconstrução da discriminação no livro didático. MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC. SECAD, 2005.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. Rio de Janeiro: Globo, 1959.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 03/02/15.
- _____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 03/02/15.
- _____. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em 03/02/15.
- _____. **Plano Nacional de Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3> Acesso em: 03/02/15.
- CARDOSO, F. H. Prefácio. MUNANGA, K.(Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC.SECAD, 2005.
- CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na História do Brasil**: mito e realidade. São Paulo: Ática, 1996. 4.ed.
- D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DAMATTA R. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais. **Direitos Humanos: Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos**. Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_9.htm Acesso em 16/01/2015.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.
- GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, Petronilha B. G. e. **O jogo dasdiferença**: o multiculturalismo e seus contextos. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KLINBERG, O. **As diferenças raciais**. São Paulo: Nacional, 1966
- MORAIS, R. de. **Sala de aula**. Que espaço é esse? Campinas: Papirus, 1988.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC.SECAD, 2005.
- _____. **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: USP: Estação Ciência, 1996.
- _____. Prefácio. D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1985.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

SANTOS, G. A. dos. **A invenção do “ser negro”**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, J. R. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **A questão do negro na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1990.

TURRA, C.; VENTURI, G. (Orgs.). **Racismo Cordial. Folha de São Paulo/Datafolha**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1998.